

## Apresentação / Presentation

---

“[...] a literatura é capaz de erigir uma realidade  
mais duradoura que a carne e a pedra [...]”

(ALBERTO MANGUEL)

Pensar a leitura e, especialmente, a leitura literária, no contexto da educação básica, é refletir sobre as competências que a escola deveria desenvolver, já que, como nos ensina Magda Soares (2005), ler é um verbo transitivo: a ação de ler está ligada ao objeto que será utilizado no momento. As exigências de um texto são pontuais. Lê-se de modo distinto uma poesia de uma receita, de um editorial. Mesmo ao ler um texto do mesmo gênero, o pacto que se estabelece entre o texto e o leitor é singular. Não se lê todos os poemas da mesma forma.

Ainda há quem acredite, como nos informa um texto de Saramago, que a partir da leitura fica-se sabendo de quase tudo. Contudo, como nos alerta a mesma obra do escritor português, há modos distintos de ler:

Lendo, fica-se a saber quase tudo, Eu também leio, Algo portanto saberás, Agora já não estou tão certa, Terás então de ler doutra maneira, Como, Não serve a mesma para todos, cada um inventa a sua, a que lhe for própria, há quem leve a vida inteira a ler sem nunca ter conseguido ir mais além da leitura, ficam pegados à página, não percebem que as palavras são apenas pedras postas a atravessar a corrente de um rio, se estão ali é para que possamos chegar à outra margem, a outra margem é que importa, A não ser, A não ser, quê, A não ser que esses tais rios não tenham duas margens, mas muitas, que cada pessoa que lê seja, ela, a sua própria margem, e que seja sua, e apenas sua, a margem a que terá de chegar (SARAMAGO, 2000, p. 77).

A conversa ente pai e filha pontua um aspecto crucial. Como se lê? Como se lê um livro de crônicas? Um livro de poesias? Um livro informativo? Todos são livros, ou seja, têm o mesmo suporte, mas a postura do leitor frente ao objeto é distinta, porque a relação que se estabelece entre o leitor e o texto tende a ser singular. E como se lê uma revista, um jornal, um conto? Cada texto demanda uma modalidade de leitura e sugere uma proposta ao leitor, o qual pode acatá-la ou não. Em síntese, ao promover a leitura, há que se pensar, no mínimo, na natureza do objeto a ser usado na referida prática.

Uma proposta de educação que tenha a leitura literária presente na sua formação elege como uma base epistemológica pautada na educação com função *emancipatória* (ADORNO, 1995), pois tal ensino atua a favor da “desbarbarização” dos indivíduos e da adoção da experiência para atingir um nível qualificado de reflexão. Nesse contexto, entende-se por emancipatória uma prática voltada ao pensamento, que busca a formação de sujeitos autônomos, capazes de administrar suas vidas. Enfim, uma educação pautada na contestação e na resistência (ADORNO, 1995).

Uma sociedade democrática, segundo Adorno (1995), só é possível com seres emancipados, os quais teriam capacidade de reflexão sobre sua vida e sobre a sociedade. Para a existência de sujeitos emancipados, a leitura literária deixa de ser uma mera habilidade e se transforma numa competência essencial para a vida em sociedade. Defende-se na escola não apenas a leitura daqueles gêneros cotidianos que circulam diariamente, mas que o estudante interaja com aqueles textos que já foram testados pelos leitores em diferentes épocas, como os textos literários considerados clássicos, seja o clássico da linhagem de Shakespeare, seja aquele que circula oralmente entre as comunidades iletradas. Nesse sentido, vale ressaltar que entendemos por literatura o conjunto de

todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis de produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 1995, p. 242).

O literário constitui-se pela revelação de ações humanas, conflitos humanos, inquietações do homem em diferentes tempos e espaços, e o conjunto desses textos é uma herança que os leitores mais jovens têm direito a receber dos seus antepassados, têm direito a conhecer. Parte desse patrimônio está presente nos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola. Desse modo, interessa-nos, em especial, nessa proposta de dossiê para a revista **Educação** da PUCRS, a leitura literária, mais especificamente aquela vinculada a um conjunto de textos que estão em circulação nas escolas públicas brasileiras. Tratam-se das obras do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE.

Se lemos de modos distintos objetos também distintos, cabe pensar acerca, por exemplo, da leitura da literatura, e o PNBE é uma política pública que visa a contribuir para a efetivação dessa leitura.

Nesse sentido, o Ministério de Educação (MEC) vem desenvolvendo, em parceria com os municípios, uma proposta de ação pública e conjunta para formação de leitores e de incentivo à leitura, que pretende melhorar as condições de inserção dos alunos na cultura letrada, durante sua escolarização (2006, p. 8). Desse modo, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) contempla ações em quatro eixos:

- (1) formação continuada de profissionais da escola e da biblioteca – professores, gestores e demais agentes responsáveis pela área da leitura;
- (2) produção e distribuição de materiais de orientação, como a revista *LeituraS*;
- (3) parcerias e redes de leitura: implantação de Centros de Leitura Multimídia;
- (4) ampliação e implementação de bibliotecas escolares e dotação de acervos – Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE (2006, p. 8).

Por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e do Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o MEC coordena atualmente dois importantes Programas – o PNLD e o PNBE. O PNBE foi criado em 1997 e objetiva democratizar o acesso de alunos e de professores à cultura, à informação e aos conhecimentos socialmente produzidos ao longo da história da humanidade. Esse programa seleciona, adquire e distribui obras de literatura e de referência às escolas públicas de Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e, a partir de 2008, também às de Ensino Médio, e a estabelecimentos que tenham turmas de Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Anualmente, o PNBE encaminha livros às escolas públicas brasileiras e, no curso de sua história, vem se modificando e tentando se adequar à realidade e às necessidades educacionais. Em 1998, por exemplo, o acervo incluiu material de história e geografia, além de obras clássicas e modernas da literatura brasileira, atendendo escolas de 5ª a 8ª série. Em 1999, o acervo composto por obras de literatura infantil e juvenil focou escolas de 1ª a 4ª série. Frente a esses dados, percebemos que o programa buscou atender, nos dois primeiros anos, todas as séries do Ensino Fundamental e incluiu obras de literatura em seus acervos, além de outros materiais.

O PNBE vem aperfeiçoando a cada ano a distribuição das obras literárias. Aparecida Paiva (2009, p. 46), responsável pela coordenação da seleção dos títulos dos acervos do PNBE – edições 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 – esclarece, em entrevista concedida à revista **Educação** (abril de 2009), como foi realizado o processo de escolha dos livros da edição 2009:

Participaram da seleção 72 avaliadores (mestres e/ou doutores na área), vinculados a instituições de ensino superior (preferencialmente públicas) de 14 estados brasileiros, agrupados em quatro subcoordenações, submetidas a uma coordenação geral e uma consultoria. As deliberações finais sobre os acervos são submetidas a um colegiado de 12 pesquisadores, representantes de cinco núcleos consolidados de pesquisa e pós-graduação na área de teoria literária e ensino de literatura, instância da qual fizeram parte, também, técnicos do MEC.

A decisão final sobre os acervos, nessa edição, por exemplo, coube a um colegiado composto por 12 representantes de cinco núcleos de pesquisa e pós-graduação na área de literatura e de educação, além de técnicos do MEC. Paiva (2009a, p. 46) acrescenta ainda nessa entrevista que pesquisas demonstram claramente o quanto ainda é fundamental investir na formação do leitor-professor para que ele esteja em condições de exercer uma boa mediação de leitura, deixando clara a necessidade de se investir no uso dos acervos do PNBE.

O acervo destinado a estudantes das escolas públicas brasileiras é formado por obras literárias pertencentes a três categorias, assim explicitadas, de acordo com o edital do PNBE 2008:

1. Textos em verso – poemas, quadras, parlendas, cantigas, trava-línguas, adivinhas;
2. Textos em prosa – pequenas histórias, novelas, contos, crônicas, textos de dramaturgia, memórias, biografias;
3. Livros de imagens e livros de histórias em quadrinhos, dentre os quais se incluem obras clássicas da literatura universal artisticamente adaptadas ao público da educação infantil e das séries/anos iniciais do ensino fundamental (2007, p. 2-3).

Os estudos acerca do acervo vêm sendo desenvolvidos em algumas universidades. Nos programas de pós-graduação em educação na UFMG e na UCS algumas pesquisas estão sendo realizadas e já temos resultados divulgados na forma de dissertações e teses. No geral, eles apontam para a limitada exploração dessas obras pelos docentes e pelos estudantes do nível de escolarização a que as obras se destinam.

Assim, nosso propósito, neste dossiê, é apresentar discussões acerca da educação literária, em especial, aquelas acerca desse programa, refletindo sobre questões mais gerais que orientam a sua execução, questões relativas a temáticas presentes nas obras, além do estabelecimento de relações entre programas de leitura de dois países. Por fim, um olhar multicultural sobre a educação literária abre possibilidades de interlocução para além do contexto escolar.

Abre o dossiê o artigo de Aparecida Paiva, que tem sido responsável pelo processo de seleção das obras nos últimos anos. Em *Selecionar é preciso, avaliar é fundamental: acervos de literatura para jovens leitores*, a autora analisa três edições do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tomando como ponto de partida a avaliação pedagógica realizada pelo Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da Faculdade de Educação da UFMG. O segundo texto, *Avaliação pedagógica de obras literárias*, também se ocupa da avaliação. Rildo Cosson discute os desafios que o processo lança aos avaliadores ao analisar os aspectos implícitos e explícitos dos critérios para a seleção das obras postos em edital. *Os critérios de avaliação e seleção do PNBE: um estudo diacrônico* apresenta estudos realizados na UFGD, por Célia Regina Delácio Fernandes e Maisa Barbosa da Silva Cordeiro. O texto ocupa-se das mudanças nos critérios utilizados na escolha de obras literárias durante o processo de avaliação e seleção ao longo da existência do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com esse propósito, o trabalho se detém nos anexos dos editais em que constam os critérios de avaliação e seleção.

Aspectos relativos à cultura veiculada na literatura infantil é o foco de estudos de dois artigos. Rosa Maria Hessel e Iara Tatiana Bonin analisam a presença crescente das populações indígenas no panorama social e a inclusão da temática indígena na trajetória da literatura infantil brasileira. A partir desse cenário, analisam-se seis obras selecionadas no PNBE 2008 a 2012 para integrar o acervo dos anos iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil no artigo *A temática indígena em livros selecionados pelo PNBE: análises e reflexões*. Já Blanca-Ana Roig Rechou, da Universidade de Santiago de Compostela, discute o multiculturalismo e as identidades permeáveis na literatura infantil, a partir de obras galegas direcionadas à educação multicultural no artigo *Educação literária. Literatura infantil y juvenil. Una propuesta multicultural*.

O modo como se apresenta a literatura infantil vem sofrendo alterações. Dois estudos ocupam-se da linguagem dos quadrinhos no PNBE. Marcos Bahia escreve *A legitimação cultural dos quadrinhos e o Programa Nacional Biblioteca da Escola: uma história inacabada*, revisitando alguns episódios históricos que comprovam a desconfiança e reserva que a academia e a sociedade estadunidense e latino-americana desenvolveram em relação à indústria de quadrinhos. O texto também defende que

o PNBE tem tido um papel determinante no inacabado processo de legitimação e consolidação da indústria de quadrinhos. O segundo artigo, *Modalidades narrativas: cantos lusitanos em quadrinhos*, de Flávia Brocchetto Ramos e Neiva Senaide Petry Panozzo, analisa os conceitos de clássico e de adaptação no título *Os lusíadas em quadrinhos*, de Fido Nesti, uma das obras mais retiradas nas bibliotecas de escolas municipais de Caxias do Sul/RS, conforme dados coletados na rede.

Por fim, *As políticas públicas de leitura em Portugal e no Brasil: novos caminhos, velhos problemas*, de Renata Junqueira de Souza e Angela Balça, analisa as políticas públicas de leitura, em dois países, cujos problemas no ensino da leitura apresentam muitas semelhanças. O artigo enfoca o Plano Nacional de Leitura de Portugal e o Programa Nacional Biblioteca na Escola, no Brasil.

Além dos dados postos pelos artigos, defendemos que estudos que possam promover a educação literária justificam-se, pois somos produtos também das relações de linguagem que estabelecemos. Cabe pensar que as obras que estão sendo eleitas pelos programas de leituras passem a constituir a identidade do estudante brasileiro, pois talvez “a gente seja as palavras que contam o que a gente é” (GALEANO, 1995, p. 16).

FLÁVIA BROCCHETTO RAMOS  
APARECIDA PAIVA

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. Acesso em: 20 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Edital de convocação para inscrição de obras de literatura no processo de avaliação e seleção para o programa nacional biblioteca da escola – PNBE 2008. (2007). Disponível em: <[www.fnde.gov.br/index.php/arq-biblioteca-da...editalpnbe2008/download](http://www.fnde.gov.br/index.php/arq-biblioteca-da...editalpnbe2008/download)>. Acesso em: 20 set. 2011.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. Porto Alegre: L&PM, 1995.

SARAMAGO, José. **A caverna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Magda. Ler, verbo transitivo. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia. **Leituras literárias: discursos transitivos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.